

Mudanças no Padrão de Distribuição das Atividades Econômicas no Brasil — 1950 — 1970

ARMINDO ALVES PEDROSA

LANA LIMA MOREIRA

Geógrafos do IBGE

Assumindo-se que um país em processo de desenvolvimento apresenta mudanças sócio-econômicas significativas, este estudo tem como objetivo mostrar as mudanças ocorridas no padrão de distribuição das atividades econômicas, no período de 1950 a 1970, dentro do processo econômico brasileiro. Para tal, o trabalho foi baseado em dois níveis de análise; numa primeira etapa considerou-se as cinco grandes regiões em função de indicadores relativos aos três setores da economia; e na segunda etapa considerou-se 324 áreas mínimas de comparação,¹ através de uma análise fatorial com variáveis relativas também aos três setores da economia.

No Brasil, assim como em países em vias de desenvolvimento, não ocorre uma divisão de trabalho correta, isto porque o processo de industrialização (mola propulsora do desenvolvimento) do Brasil deu origem a uma série de desequilíbrios de natureza setorial e regional, gerando uma estrutura espacial do tipo centro-periferia. Alguns destes desequilíbrios já estavam presentes na economia brasileira, mas foram acentuados pelo ritmo acelerado de industrialização durante a década de 50. Outro fator agravante para estes desequilíbrios foi a ausência de um

¹ Em 1950 o Brasil possuía 1.890 municípios, e em 1970, 3.952, tendo, portanto, alguns municípios diminuído territorialmente em favor da criação de outros. Para se fazer uma comparação entre 1950 e 1970 foi necessário uma recomposição, pelo menos da mesma área territorial, agregando os municípios, em 1970, de forma a constituir a mesma área territorial de 1950. Para isto foi feito um trabalho de recomposição destes municípios baseado num estudo já elaborado pelo IBGE — “Áreas Mínimas de Comparação” — a qual fornece estas informações, tornando possível a comparação em anos diferentes do mesmo espaço territorial.

adequado planejamento global ao serem implementadas as políticas de industrialização.

Estes desequilíbrios refletiram-se também no padrão de distribuição das atividades econômicas do País, uma vez que no início do seu processo de desenvolvimento ele estava voltado basicamente para a exportação de matérias-primas, fazendo com que a divisão da força de trabalho não fosse equitativamente distribuída, mas sim concentrada no setor primário, conforme pode-se ver na tabela 1, com uma participação de 60% da força de trabalho em 1950, enquanto a indústria detinha 13%, o comércio 6% e serviços 20%. Com o início do processo de industrialização ocorreu uma perda progressiva da força de trabalho no setor primário (45% em 1970) em favor dos setores secundários e terciários (tabela 1).

Modernamente as economias consideradas desenvolvidas caracterizam-se por um elevado grau de industrialização, por uma baixa participação das atividades agrícolas na absorção de mão-de-obra e por uma elevada participação do setor serviços na força de trabalho. Entretanto, no Brasil, observa-se ainda uma baixa participação da indústria no emprego da mão-de-obra (18,18% em 1970), um contingente de trabalhadores rurais relativamente grande (44,67% em 1970), ao mesmo tempo em que as atividades terciárias (29%) alcançam participação comparável até mesmo a países desenvolvidos.

Todavia, a aceleração do ritmo de crescimento e as constantes modificações estruturais da força de trabalho observadas nos dois períodos indicam que se trata de uma fase de transição para um estágio mais elevado de desenvolvimento econômico, onde mudanças expressivas ocorrem dentro dos setores de atividades, impulsionadas por diferentes processos, em diferentes épocas, pelas quais o País foi afetado, em função de fatores diversos tais como: políticos, econômicos e sociais. Tal situação justifica um estudo detalhado do padrão de distribuição espacial das atividades econômicas por períodos e a diferentes níveis de escala.

TABELA 1

Distribuição da população ativa por atividade — Brasil

ATIVIDADES	PERCENTUAL	1950	1970
Agricultura		59,60	44,67
Indústria		13,45	18,18
Comércio		6,47	8,05
Serviços		20,48	29,10
Total		100%	100%

FONTE: Fundação IBGE — Censos Demográficos.

1. ANÁLISE MACRORREGIONAL

Nesta primeira parte as 5 regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) serão analisadas em função de alguns indicadores referentes aos setores primário, secundário e terciário, onde

várias tabelas são apresentadas segundo um certo nível de desagregação; em relação ao setor primário considerou-se a evolução de 7 importantes produtos agrícolas (tabela 3), vistos através dos respectivos valores de produção. O setor secundário será analisado através dos 5 principais gêneros industriais (a nível de Brasil) em termos do valor da transformação industrial² (tabela 4). Quanto ao terciário (tabelas 5A e 5B), a análise se prende à evolução das 5 principais classes do comércio varejista, segundo o valor total da receita, a exemplo do setor prestação de serviços que reúne todas as categorias existentes no Censo de Serviços de 1970.

Dentro desta perspectiva pretende-se mostrar as transformações ocorridas no período 1950/70, que, embora de caráter geral, refletem decisões políticas, econômicas e administrativas, principalmente em relação ao setor secundário, onde a substituição das importações pelo processo de industrialização é o exemplo mais evidente, acabando por gerar uma estrutura espacial onde as desigualdades regionais parecem cada vez mais acentuadas.

Uma primeira observação pode ser feita através da tabela 2, que apresenta a distribuição regional da renda por setores, para os anos de 1950, 1960 e 1968. De imediato, torna-se evidente a concentração da renda na Região Sudeste para todos os setores da economia, principalmente na indústria, onde os percentuais são crescentes, ressaltando-se que no período 1960/68 o processo de industrialização nesta região sofreu maior aceleração, como se pode inferir através dos percentuais nos 3 referidos anos, caracterizando, desta forma, a continuidade das disparidades regionais, particularmente em relação ao setor industrial, sendo que somente o Estado de São Paulo participou com cerca de 57% da renda interna do setor industrial em relação ao total da renda industrial do Brasil.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que é na agricultura que se observa o menor nível de concentração que, no decorrer do período, apresenta tendência a um maior equilíbrio, enquanto que nos outros dois setores a concentração é bem marcante, constituindo-se naqueles setores de maior crescimento, além de serem praticamente urbanos, o que, em última análise, parece associar, pelo menos numa boa parte, a concentração da atividade econômica à natureza do processo de industrialização.

1.1. As Mudanças Ocorridas no Período 1950/70

a) *Agricultura*

Tendo-se como base os 7 produtos agrícolas selecionados, onde os critérios estabelecidos envolveram tanto a importância do valor da produção destes produtos como o tipo de mercado a que se destinam (externo e interno), pode-se observar através da tabela 3 que, em relação ao valor da produção total dos principais produtos agrícolas, existia uma distribuição mais homogênea, principalmente ao se considerar as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde as relações entre os valores diminuem gradativamente no decorrer do período; assim é que, no ano de 1950, o valor da produção do Sudeste era 3,3 e 2,3 vezes maior do

2 Somente indústrias de transformação. A indústria química, que é a 3.^a mais importante do Brasil, considerando o valor da transformação industrial, não consta na tabela devido ao fato de que, em 1950, abrangia também a indústria farmacêutica e produtos veterinários, tendo sido desmembrada em 1970.

TABELA 2

Distribuição da renda interna por setores (%)

REGIÕES	AGRICULTURA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS		
	1950	1960	1968	1950	1960	1968	1950	1960	1968
Norte	1,7	2,0	2,1	0,9	1,9	1,4	2,1	2,5	2,5
Nordeste	20,3	22,3	24,6	8,9	8,0	6,3	13,5	13,6	13,9
Sudeste	52,4	42,6	37,9	75,9	77,5	80,0	69,4	67,3	65,0
Sul	22,3	28,4	28,7	13,7	11,9	10,8	13,6	14,6	15,6
Centro-Oeste	3,3	4,7	6,7	0,6	0,7	0,7	1,4	2,0	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Cálculo efetuado para estimativas da renda interna, segundo ramos de atividades, publicada em *Conjuntura Econômica* — Vol.25, N.º 9 — Fundação Getúlio Vargas — 1971

que o Nordeste e o Sul, respectivamente, diminuindo esta relação para 1,7 e 1,2 no ano de 1970, portanto caracterizando um menor nível de concentração, conforme já constatado através da renda interna da agricultura (tabela 2).

A participação da região mais desenvolvida do País, a Sudeste, decresceu sucessivamente, uma vez que contribuiu com 56,1% em 1950, passando para 41,6% e 38,7% em 1960 e 1970, respectivamente, indicando maior participação das demais regiões no processo de crescimento agrícola nacional.

Considerando aqueles 7 produtos contidos na tabela 3, observa-se que para o Brasil como um todo houve um decréscimo de participação dos mesmos no quadro geral, pois correspondiam a 74,7% em 1950, 68,5% em 1960 e 62,0% em 1970, onde a queda de participação do café fica bem evidenciada,³ fato este que, juntamente com o aumento de contribuição de outros produtos, parecem explicar tal comportamento.

Entre os produtos agrícolas que apresentaram participação crescente a nível de Brasil destacavam-se o arroz, a cana-de-açúcar, o milho e o trigo, observando-se, porém, algumas variações regionais, uma vez que decresceram em determinados períodos, como é o caso do arroz no Sudeste e no Sul, da mesma forma que o trigo, cuja participação na região Sul diminuiu em 1960, voltando a aumentar em 1970. Em relação ao arroz, nota-se o quanto vem se desenvolvendo no Centro-Oeste, onde, em 1960, o valor da produção atingia 18,2% do valor da produção total do arroz (Brasil), passando para 24,1% no ano de 1970. Salienta-se que o arroz e o trigo constituem-se em produtos que visam essencialmente ao mercado interno e cujas parcelas de contribuição no contexto agrícola, de certa forma indicando crescente aumento de produção, estão associadas ao fenômeno da urbanização do País, onde a demanda por tais produtos se torna cada vez maior.

Por outro lado, produtos que se caracterizam por uma maior importância face ao mercado externo, de que são exemplos o café e o cacau, apresentaram no período uma certa instabilidade, diminuindo de participação, apesar de o café deter, em 1950 e 1960, a 1.ª posição, decaindo em 1970 em favor do arroz e do milho.

O que parece claro em relação a estes 7 produtos é que algumas mudanças ocorreram nas regiões, com sensíveis reflexos no quadro

3 O fato explicativo da sensível queda do café deveu-se, fundamentalmente, às condições climáticas adversas que prevaleceram nas principais regiões produtoras do País durante a safra (geadas no Estado do Paraná e secas no de São Paulo), ocasionando graves prejuízos na dimensão da colheita (*Conjuntura Econômica*, Vol. 24, n.º 7, Fundação Getúlio Vargas — 1970).

TABELA 3

*Percentagem do valor da produção agrícola de alguns produtos no total
do valor da produção, por região e Brasil 1950-1970*

PRODUTOS	NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE			BRASIL		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Algodão	0,3	0,7	0,0	4,1	24,9	12,8	1,3	10,6	8,1	0,1	2,9	5,8	0,2	1,9	5,6	1,5	10,8	8,2
Arroz	12,8	14,6	17,2	3,8	5,0	5,6	13,6	14,8	12,4	12,2	11,2	13,7	31,2	45,9	48,4	12,2	13,2	13,8
Café	1,3	0,9	0,2	8,5	2,4	1,3	48,1	21,3	18,7	29,3	31,9	4,6	17,9	8,4	1,4	35,9	19,6	9,1
Cana-de-açúcar	5,7	3,2	2,7	18,0	12,1	16,7	6,5	10,3	13,4	1,6	1,1	1,6	9,1	4,3	2,8	7,3	7,5	9,7
Cacau	3,6	3,6	1,6	13,5	9,0	9,8	0,1	0,1	0,2	—	—	—	—	—	—	2,3	2,0	2,3
Milho	8,0	9,7	11,2	8,2	7,0	5,9	11,6	12,8	13,5	17,9	15,9	19,5	13,5	11,9	11,9	12,6	12,6	13,5
Trigo	—	—	—	0,0	0,0	—	0,0	0,0	0,2	12,4	9,6	17,3	0,1	0,0	0,0	2,9	3,0	5,4
Soma dos percentuais (7 produtos)	31,7	32,7	32,9	56,1	60,4	52,1	81,2	69,9	66,5	73,5	72,6	62,5	72,0	72,4	70,1	74,7	68,5	62,0

Valor total da produção (%)
(21 produtos agrícolas comuns aos 3 anos)

ANOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
1950	0,6	16,6	56,0	23,6	3,1	100
1960	0,5	21,9	41,6	30,8	5,2	100
1970	0,8	22,7	38,7	30,9	6,9	100

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE — Anuários Estatísticos

nacional, principalmente no que se refere aos produtos de mercado interno, na medida em que as respectivas participações no contexto agrícola se caracterizam por um aumento ou relativa estabilidade.

Além destes 7 produtos analisados, 3 outros aparecem com destaque, sendo que dois deles são cultivados praticamente em todos os estados brasileiros, que são a mandioca e o feijão, cujos percentuais de participação no conjunto do Brasil, em 1970, foram de 8,6 e 8,7, portanto superiores àqueles apresentados pelo algodão, cacau e trigo, e que também são essencialmente destinados ao mercado interno.

O terceiro produto referido acima é a soja que, a partir do início da década de 1960, teve sua área cultivada sucessivamente ampliada; assim é que, em 1973, a área ocupada por ela era 11,5 vezes maior do que em 1962 e cuja participação em termos de valor da produção, entre 22 produtos principais, representava 12,8% do total, ou seja, correspondia ao maior percentual entre os demais produtos, com a região Sul abrangendo cerca de 90% do total do valor da produção da soja.

Considerando o valor da produção desses 10 produtos (os 7 da tabela 3, mais a soja, a mandioca e o feijão) para o ano de 1973, conclui-se que eles abrangiam cerca de 84% do valor da produção total (em relação a 22 produtos principais), assim distribuídos: soja (12,8%), milho (11,9%), arroz (10,2%) feijão (10%), café (9,2%), algodão (9%), mandioca (8%), cana-de-açúcar (7,3%), trigo (3,5%) e cacau (2,3%). Comparando tais percentuais com os de 1970 (para o Brasil), destaca-se a grande evolução da soja, uma vez que em 1970 sua participação era de apenas 2,6% entre os 22 principais produtos; da mesma forma, nota-se o aumento da participação do feijão (8,7% em 1970), do algodão (8,2%) e do café (9,1%), enquanto que o arroz, a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho e o trigo diminuem, com o cacau mantendo-se no mesmo nível. É interessante ressaltar que entre os 4 primeiros produtos (em termos de participação), em 1973, estão o milho, o arroz e o feijão, produtos quase que tipicamente de mercado interno, apesar de terem diminuído de participação em relação a 1970, excetuando-se o feijão.

b) *Indústria*

No início deste trabalho já se fez menção ao fato de que a economia do Brasil tinha como elemento básico a exportação de matérias-primas, ou seja, as regiões brasileiras refletiam uma situação derivada da produção de bens primários. As decisões governamentais de promoverem a industrialização do País, em substituição às exportações, se fazem sentir a partir da década de 1930, ganhando impulso nos anos 50. No decorrer deste processo torna-se evidente a concentração industrial na região Sudeste, fato este observado já no início da implantação industrial.

Uma primeira constatação ao se observar a tabela 4, no que diz respeito ao total do valor da transformação industrial,⁴ refere-se a crescente concentração na região Sudeste, principalmente no ano de 1970, uma vez que esta região contribuía, em 1950, com 76,4% do total do Brasil, passando para 80,7% em 1970, sendo que o Estado de São Paulo (Sudeste) participava com aproximadamente 58%, o que lhe confere uma posição de destaque no setor industrial. Por sua vez, o Nordeste, durante o período 1950/70, apresentou o maior declínio de participação, conforme pode-se deduzir pelos volumes da transformação

4 Considerou-se apenas as Indústrias de Transformação.

industrial nos 2 referidos anos, cujos percentuais em relação ao Brasil eram de 9,2% em 1950 e de 5,7% em 1970.

Comparando-se as relações entre os valores da transformação industrial das regiões, nota-se que o Sudeste aumenta a sua diferença em relação ao Sul e ao Nordeste, principalmente para com esta última, visto que, em 1950, tal valor era 8 vezes maior, passando para 14 vezes em 1970, enquanto que em relação ao Sul o valor da transformação industrial do Sudeste lhe era 6 vezes maior em 1950, passando para 7 vezes em 1970. Quanto ao Norte e Centro-Oeste, apresentavam uma tendência à diminuição, apesar de manter ainda uma enorme diferença.

Analisando 5 dos principais gêneros de indústria, conforme relacionados na tabela 4, onde 2 deles representam as indústrias tradicionais (alimentar e têxtil) e os demais evidenciando maior dinamização, isto é, indústrias modernas, nota-se que no decorrer do período ocorreram importantes variações. Em primeiro lugar, tem-se que os referidos gêneros diminuíram de participação no total do valor da transformação industrial para todas as regiões, excetuando-se o Norte, onde a indústria têxtil teve grande desenvolvimento, sendo que a indústria alimentar diminuiu sensivelmente em todas as regiões. Por outro lado, naqueles gêneros de características mais dinâmicas, a tendência geral era de acréscimo de participação, principalmente no Sudeste e Sul e em especial na indústria mecânica e material de transporte, sendo que este último está intimamente ligado ao setor automobilístico que a partir dos anos 50 teve grande desenvolvimento.

Considerando ainda estes 5 gêneros, observa-se que a indústria têxtil apresentou o maior decréscimo de participação a nível nacional, reflexo da sensível queda verificada nas regiões Nordeste e Sudeste, já que as outras 3 regiões apresentaram aumento de participação, principalmente o Norte e Centro-Oeste.

Incluindo-se outros gêneros de indústria e estabelecendo-se uma comparação entre as regiões Nordeste e Sudeste, fica evidenciado que naquela primeira região um menor número de gêneros torna-se responsável pela maior parte do valor da transformação industrial, indicando para o Nordeste um certo grau de concentração em termos de gêneros de indústria. Isto é refletido na medida em que, ao se considerar dois outros importantes gêneros relativos a cada região (1970), observa-se que o percentual do Nordeste cresce de forma mais significativa. Assim, ao se acrescentar a indústria química e a de minerais não metálicos para o Nordeste e a química e a de material elétrico e de comunicações para o Sudeste (portanto, totalizando 7 gêneros), tem-se que o percentual de participação daquela primeira região (Nordeste) passa de 50% (5 gêneros) para 75,9%, enquanto que para o Sudeste ela passa para 66,1%, o que, em última análise, significa a participação de maior número de gêneros atuando no processo de industrialização do Sudeste. Cumpre salientar ainda a significativa participação da indústria química no contexto industrial do País que, a nível nacional, participou com 10% do total do valor da transformação industrial em 1970, ocupando a 3.^a posição, superada apenas pela indústria alimentar e pela metalúrgica, sendo que os percentuais de participação da indústria química nas regiões eram os seguintes: 15,9% no Norte, 14,7% no Nordeste, 9,9% no Sudeste e 8,4% no Sul, apresentando no Centro-Oeste uma pequena parcela de contribuição.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, para o Brasil como um todo, se observa relativa tendência à maior participação dos gêneros aqui considerados dinâmicos, onde o Sudeste e o Sul aparecem em primeiro plano, constituindo-se nas regiões onde a contribuição dos gêneros industriais se dá de uma forma mais difusa.

TABELA 4

*Percentagem do valor da transformação industrial de alguns gêneros
no total do valor da transformação industrial (por região) 1950-1970*

REGIÕES	ALIMENTAR		TÊXTIL		METALÚRGICA		MECÂNICA		MATERIAL DE TRANSPORTE		SOMA DOS PERCENTUAIS (5 GÊNEROS)		TOTAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO (%)	
	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70
Norte	24,0	20,4	5,2	11,5	2,5	2,6	—	1,6	2,0	1,3	33,7	37,4	0,7	0,8
Nordeste	37,9	29,1	35,3	13,0	1,7	5,0	0,2	1,8	0,2	1,1	75,3	50,0	9,2	5,7
Sudeste	16,3	10,9	20,1	9,3	11,1	12,8	2,4	7,7	2,8	9,3	52,7	50,0	76,4	80,7
Sul	30,8	20,7	8,0	8,2	5,7	7,6	2,1	5,7	0,6	3,1	47,2	45,3	13,2	12,0
Centro-Oeste	62,6	9,5	0,9	4,8	0,1	3,0	0,1	2,1	1,2	1,2	64,9	60,6	0,5	0,8
TOTAL	20,5	13,5	19,7	9,3	9,4	11,6	2,1	7,1	2,2	8,0	53,9	49,5	100	100

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE — Censos Industriais

c) *Serviços*

Através da análise percentual de valores representativos da receita do comércio varejista e da prestação de serviços por regiões, para os anos de 1950 e 1970, pode-se detectar como este setor vem se posicionando dentro do processo de desenvolvimento nacional.

Observando a participação dos cinco tipos de comércios para o Brasil (tabela 5A), nota-se um aumento relativo no comércio de máquinas, aparelhos e material elétrico (3,7% em 1950 e 5,6% em 1970), veículos e acessórios (7,9% em 50 e 17,5% em 70) e combustíveis e lubrificantes (4,0% em 50 e 8,8% em 70), enquanto os demais tipos de comércio apresentam uma queda relativa de participação, principalmente o comércio de produtos alimentícios, bebida, etc., deve-se entender esta menor participação não como um decréscimo nos seus valores absolutos mas sim como um aumento na participação dos outros tipos de comércio estudados. Esta situação está condizente com o comportamento das cinco regiões brasileiras em relação a estes tipos de comércio.

Merece ressalva a participação da região Norte nos três primeiros tipos de comércio, nos quais ela teve aumentos substanciais. Isto se deve ao fato da implantação da Zona Franca de Manaus, principal dinamizadora deste tipo de comércio, além do próprio crescimento do comércio preexistente em outras cidades desta região. Apesar de a região Norte apresentar este aumento nos três primeiros tipos de comércio, ainda é o comércio de produtos alimentícios e de tecidos que detectam a maior participação no total do comércio varejista.

A região Nordeste tem um comportamento semelhante ao da região Norte, porém seus percentuais indicam uma participação maior em cada tipo de comércio. Existe também menor participação do comércio de tecidos (25,5% em 50 e 14,1% em 1970) bem como de produtos alimentícios (40,8% em 1950 e 30% em 1970), fazendo com que a soma dos cinco tipos de comércio decaia de 77,8% para 71,7%, apesar de que ainda são os tipos de comércio de maior vulto dentro da região.

A região Sudeste é a que possui a maior receita do País. Entretanto, seus percentuais relativos à participação de cada tipo de comércio não são tão diferenciados das demais regiões, bem como não refletem o valor da receita, isto porque o comércio dela apresenta-se bastante diversificado. Isto é evidenciado pela simples análise da soma dos 5 tipos de comércio que em 1950 somavam 74,3% da receita total e que em 1970 somam 67,6%, concluindo-se, portanto, que o aumento da receita total foi devido não só a participação dos tipos de comércio relacionados na tabela 5A bem como de outros produtos não considerados aqui.

A região Sul apresentou um aumento relativo à soma das 5 classes, bem como da sua receita total. Isto nos leva a dizer que as classes aqui consideradas tiveram grande participação neste incremento, onde os principais responsáveis foram veículos e acessórios (9,0% em 1950 e 19,0% em 1970), combustíveis e lubrificantes (3,1% em 50 e 9,6% em 1970).

A região Centro-Oeste, assim como as demais regiões, apresentou um significativo aumento na classe relativa a máquinas, aparelhos e material elétrico, bem como na classe veículos e acessórios e, conseqüentemente, em combustíveis e lubrificantes. Apesar de ter apresentado uma baixa na participação do comércio de tecidos, é a região que apresenta o menor percentual deste tipo de comércio.

De modo geral, observa-se um aumento relativamente grande das classes referentes a máquinas, aparelhos e material elétrico, veículos

TABELA 5A

*Percentagem da receita de algumas classes do comércio varejista na
receita total do comércio varejista (por região), 1950-1970*

REGIÕES	MÁQUINAS APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICO		VEÍCULOS E ACESSÓRIOS		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFI- CANTES		TECIDOS, ARTIGOS DE VESTUÁRIO, ETC.		PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDA, ETC.		SOMA DOS PERCENTUAIS (5 CLASSES)		TOTAL DO COMÉRCIO VAREJISTA (%)	
	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70
Norte	1,4	11,1	1,7	8,2	0,7	6,4	14,3	14,4	41,7	30,9	59,8	71,0	2,5	2,5
Nordeste	2,3	5,3	6,8	13,7	2,4	8,6	25,5	14,1	40,8	30,0	77,8	71,7	14,5	13,1
Sudeste	4,4	5,7	8,2	18,2	4,7	8,5	21,5	12,4	35,5	22,8	74,3	67,6	65,3	62,0
Sul	2,7	4,8	9,0	19,0	3,1	9,6	17,3	12,9	30,4	24,3	62,5	70,6	16,0	18,5
Centro-Oeste	0,8	4,4	6,6	17,1	1,9	11,7	27,9	13,4	24,6	24,4	61,8	71,0	1,7	3,9
TOTAL	3,7	5,6	7,9	17,5	4,0	8,8	21,3	12,8	35,4	24,3	72,3	69,0	100	100

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE — Censos Comerciais

e acessórios, e combustíveis e lubrificantes, em função de um aumento substancial da produção automobilística no País. Observa-se também um relativo decréscimo do comércio de tecidos e artigos de vestuário e produtos alimentícios que não deve ser entendido como decréscimo, mas sim como uma diminuição de participação em favor das outras classes, inclusive porque são estas classes as que apresentam os maiores valores absolutos de receita no comércio, para todas as regiões brasileiras.

Finalizando, pode-se dizer que houve maior diversificação do comércio na região Nordeste e Sudeste, principalmente, evidenciada pela queda de percentuais nos dois períodos, enquanto o Sul e o Centro-Oeste tiveram um aumento nos percentuais relativos às cinco classes de comércio, com a região Norte mantendo o mesmo percentual, evidenciando uma tendência concentrada nestas classes de comércio.

Através da tabela 5B, relativa à receita de cada classe do setor prestações de serviços por macrorregiões, pode-se ter uma idéia da expansão deste grupo dentro do setor terciário, onde se destaca principalmente a classe de serviços comerciais e serviços de alojamento e alimentação quando vistos a nível nacional e até mesmo a nível regional. Esta expansão do setor serviços está muito ligada ao processo de urbanização, onde as cidades funcionam como verdadeiros focos de fornecimento da força de trabalho, bem como usuária cada vez mais exigente destes serviços.

Os serviços ligados a alojamento e alimentação vem tendo uma participação cada vez maior no processo gerador de receita, em serviços, em todas as regiões brasileiras. Naturalmente em função do grande aumento da população e de um crescente processo de urbanização pelo qual o País vem passando nos últimos anos.

Tal afirmação pareceria uma incoerência quando se observa os percentuais de participação da região Norte e Centro-Oeste, que são os maiores quando comparados com as demais regiões. Entretanto, isto leva a afirmar, com certa segurança, que os serviços destas regiões são basicamente concentrados nesta classe, e que os demais se apresentam com uma participação muito baixa, com exceção dos serviços de diversões, radiodifusão e televisão, que estão sendo mais difundidos no período estudado.

Somente a região Sudeste mostrou um pequeno decréscimo relativo nesta classe, onde, em 1950, participava com 41,5%, e em 1970 passou para 41,0%, isto porque em serviços comerciais esta região teve um grande acréscimo, detendo para si a primeira posição, com um percentual superior ao do Brasil, isto é, 36,3% e 33,1%, respectivamente.

Os serviços de higiene pessoal e confecção, reparação e manutenção tiveram um decréscimo relativo em prol de outros serviços tais como: serviços de alojamento e alimentação, serviços comerciais e diversões, radiodifusão e televisão, que apresentaram em todas as regiões brasileiras um acréscimo muito significativo.

Os serviços comerciais vem tendo uma participação cada vez maior em todas as regiões brasileiras onde o processo de urbanização presente nos principais centros urbanos requisita tipos de serviços mais sofisticados e cada vez mais diversificados. Nesta classe merece destaque a região Centro-Oeste que em 1950 tinha percentual de 3,5% e em 1970 de 20,4%, valor este dos mais baixos quando comparados com as outras regiões, mas foi o que mais aumentou nos dois períodos estudados. Tal fato se deve à criação de Brasília, como a capital do País, nesta região, fazendo com que convergissem para ela grande quantidade de serviços deste gênero.

TABELA 5B

*Percentagem da receita de cada classe do setor prestação de serviços
(por região), 1950/70*

REGIÕES	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO		HIGIENE PESSOAL		SERVIÇOS COMERCIAIS		CONFECCÃO, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO		DIVERSÕES, RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO		TOTAL (%)	
	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70
Noite	44,7	47,7	4,5	3,8	15,1	21,5	27,3	18,3	8,4	8,7	1,3	1,3
Nordeste	35,7	40,2	6,1	4,6	15,7	25,2	34,5	19,7	8,0	10,3	9,0	8,5
Sudeste	41,5	41,0	3,8	2,7	17,6	36,3	29,2	13,5	7,9	6,5	74,4	72,6
Sul	37,5	39,9	3,6	3,4	11,6	25,7	40,7	22,0	6,6	9,0	14,3	14,3
Centro-Oeste	46,7	48,2	5,0	4,0	3,5	20,4	37,3	18,4	7,5	9,0	1,0	3,3
TOTAL	40,5	41,1	4,0	3,0	16,4	33,1	31,4	15,5	7,7	7,3	100	100

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE — Censos dos Serviços

Apesar disto, ainda é o Sudeste, representado basicamente por São Paulo e Rio de Janeiro, que possui a maior quantidade destes serviços no Brasil.

Os serviços de diversões, radiodifusão e televisão tiveram um significativo acréscimo em todas as regiões brasileiras, com exceção da região Sudeste, e do Brasil, em função de um aumento significativo da participação dos serviços comerciais, o que não quer dizer, de forma alguma, que os serviços de diversão, etc., não tenham contribuído com o aumento da receita do setor serviços.

De acordo com a tendência mostrada nas tabelas, deve-se esperar ainda um contínuo aumento da importância relativa do setor serviços tanto na absorção da força de trabalho — principalmente em virtude dos deslocamentos da mão-de-obra rural para o quadro urbano — quanto na geração da renda interna. Esta expansão, porém, deverá processar-se num ritmo inferior àquele experimentado pelas atividades industriais, levando a formação de uma estrutura mais moderna de acordo com um estágio avançado de desenvolvimento da economia.

2. ANÁLISE MICRORREGIONAL

2.1. Estrutura e Distribuição Espacial das Atividades Econômicas

Numa segunda etapa foi feita uma análise fatorial com o objetivo de mostrar, em maior detalhe, o comportamento da distribuição das atividades econômicas em dois períodos de tempo e a partir daí detectar onde ocorrem mudanças significativas dentro do processo econômico brasileiro. Para isso fez-se uma amostra de 324 “áreas mínimas de comparação”, tomando por base os municípios mais importantes de cada microrregião homogênea⁵, e a partir daí viu-se a que área mínima pertence estes municípios, construindo assim as 324 áreas (vide anexo 1). Por esta razão cada unidade de estudo é constituída de um município ou de um aglomerado de municípios.

Por este critério deveria se obter 361 “áreas mínimas de comparação”, uma vez que é o número de microrregiões homogêneas brasileiras, mas neste trabalho considerou-se apenas 324, porque, de acordo com o critério adotado, alguns municípios já faziam parte do mesmo grupo.

Para estas 324 unidades foram selecionadas 11 variáveis capazes de refletir o padrão de distribuição das atividades econômicas, ainda que de forma bem generalizada, uma vez que os Censos utilizados como fonte de dados para os dois períodos considerados (1950 e 1970) nem sempre tinham conceitos semelhantes, o que, de certa forma, limitou o número de variáveis, que são:

1. Área de pastagens de lavouras
2. Pessoal ocupado na agricultura/área de lavouras mais área de pastagens
3. Despesas dos estabelecimentos agrícolas/pessoal ocupado na agricultura
4. Pessoal ocupado na indústria/pessoal ocupado no terciário

⁵ Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas — Fundação IBGE — 1968.

5. Pessoal ocupado no comércio/pessoal ocupado no terciário
6. Pessoal ocupado na agricultura/pessoal ocupado nos demais setores
7. Valor da produção industrial/receita do terciário
8. Valor da produção industrial/pessoal ocupado na indústria
9. Salários pagos na indústria/pessoal ocupado na indústria
10. Salários pagos no comércio/pessoal ocupado no comércio
11. Salários pagos nos serviços/pessoal ocupado nos serviços

A análise das médias e das medidas de dispersão contidas na tabela 6 permite a constatação de algumas mudanças significativas nas atividades econômicas, a nível global, sendo que a análise das 324 áreas selecionadas permitirá detectar tais mudanças a um nível maior de detalhe.

Observando-se estas medidas para as variáveis relativas à agricultura — 1, 2, 3 e 6 — pode-se perceber a direção do processo de mudança. Em primeiro lugar, a variável 1, que indica a relação entre a área de pastagens e a área de lavouras, teve a sua média diminuída de quase 32 para pouco mais de 10, o que revela um enorme avanço de área cultivada, refletido pelo fato de que a área cultivada no Brasil, em 1950, era de 19.095.057 ha e passou a 33.983.796 ha em 1970. O fato de que o coeficiente de variação diminui de 6,7% para 2,7% mostra que o processo se difundiu bastante no País, embora o coeficiente de variação alto ainda reflita um grau de concentração muito forte em determinadas áreas, o que é um fenômeno conhecido.

Outro fato marcante é o comportamento da variável 2, pois ela indica a densidade do pessoal ocupado na agricultura e, conforme pode se observar, o número de pessoas por unidade de área praticamente reduziu-se à metade entre 1950 e 1970; da mesma forma verificou-se acentuado decréscimo no coeficiente de variação. Este comportamento está associado a dois aspectos importantes: de um lado, o intenso êxodo

TABELA 6

VARIÁVEIS	1950			1970		
	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
1	31,77	212,73	6,70	10,05	27,92	2,78
2	0,47	3,07	6,53	0,26	0,38	1,46
3	1,59	1,83	1,15	920,00	1 120,00	1,22
4	0,98	1,43	1,46	0,70	0,79	1,13
5	0,65	0,13	0,20	0,70	0,08	0,11
6	15,40	22,05	1,43	11,33	14,07	1,24
7	0,67	0,88	1,31	590,00	620,00	1,05
8	62,53	56,66	0,91	30 630,00	27 230,00	0,89
9	5,49	3,11	0,57	2 130,00	1 370,00	0,64
10	2,77	2,52	0,91	1 280,00	1 140,00	0,89
11	2,05	1,65	0,80	780,00	740,00	0,95

NOTA: As variáveis que envolvem valores em cruzeiros (variáveis 3, 7, 8, 9, 10 e 11) não foram deflacionadas em 1970, o que impede comparações diretas.

rural verificado neste período, em função da precariedade de condições no meio rural, principalmente em áreas do Nordeste; de outro, o processo de modernização da agricultura que vem caracterizando determinadas áreas, notadamente no centro-sul do País. Comparando-se estes dados com o número de arados — 714.259 em 1950 e 1.878.928 em 1970 e com o número de tratores — 8.372 em 1950 e 165.870 em 1970 — pode-se perceber este efeito modernização/mecanização que, entretanto, apresenta uma característica concentradora, conforme indica o aumento do coeficiente de variação da variável 3, que exprime as despesas dos estabelecimentos agrícolas por pessoal ocupado na agricultura, de alguma forma indicadora do nível de modernização.

Por outro lado, o comportamento da variável 6, que indica a relação entre o pessoal ocupado na agricultura e o pessoal ocupado nos demais setores, cujo valor diminui de 15,4% para 11,3%, reitera os indicadores anteriores, como consequência lógica do êxodo rural, da modernização da agricultura e do próprio processo de urbanização.

Em relação às atividades urbanas, dois tipos de variações podem ser observadas: a primeira delas refere-se ao fato de que tanto em 1950 como em 1970 os salários pagos na indústria eram praticamente o dobro dos salários pagos no comércio e mais do que o dobro em relação aos serviços, sendo que para estes dois últimos setores, em 1950, tais valores estavam bem próximos, embora mais elevados no comércio. O fato importante a ser ressaltado é que houve um ligeiro aumento no coeficiente de variação na indústria e nos serviços, que são, provavelmente, os setores responsáveis pelo processo de sofisticação econômica no período: na indústria, pela própria alteração na estrutura industrial, e no setor serviços, pelo surgimento de novas atividades de características bastante sofisticadas, o que, na realidade, representa o aparecimento de um setor quaternário na economia nacional.

O outro tipo de variação está relacionado ao comportamento da variável 4, reiterando as observações anteriores, onde o decréscimo da relação entre o pessoal ocupado na indústria e o pessoal ocupado no terciário, com redução do coeficiente de variação, indica como o fenômeno apresenta uma tendência não concentrada, o que é diferente do processo de concentração da modernização industrial, refletida na variável 9, acima analisada.

Como já salientado anteriormente, as análises efetuadas para as 324 unidades selecionadas tiveram uma limitação no que se refere ao número de variáveis; entretanto, através da observação da estrutura dos fatores (tabela 7), pode-se perceber algumas modificações no decorrer do período, ainda que de forma bem generalizada. Evidentemente, a inclusão de outras variáveis permitiria conclusões mais específicas quanto à estrutura das atividades econômicas nos dois anos em questão.

Uma primeira constatação diz respeito ao número de fatores: 4 em 1950 e 3 em 1970, o que, de certa forma, revela alguma modificação, fato este também evidenciado pela percentagem de explicação, uma vez que os 4 fatores de 1950 abrangiam 65,42% da variação total, enquanto que em 1970 os 3 fatores explicaram 64,63%, portanto proporcionalmente mais significativo, principalmente se considerarmos que apenas uma variável se fez presente no 4.º fator da análise de 1950 (variável 1), não caracterizando uma estrutura propriamente dita, sendo que esta mesma variável reuniu-se a estrutura do 3.º fator, em 1970, juntamente com as variáveis 2 e 5. Na verdade, a análise relativa a 1950 estruturou-se praticamente em função dos 3 primeiros fatores, sendo somente estes os considerados para efeito de comparações.

O primeiro fator, tanto em 1950 como em 1970, estruturou-se praticamente em torno das mesmas variáveis (exceto a variável 8 — vide tabela 7), refletindo uma situação que envolve, de um lado, os salários pagos por pessoal ocupado nas atividades tidas como urbanas, isto é, o nível do salário médio pago na indústria (variável 9), no comércio (variável 10) e nos serviços (variável 11), e, de outro, as despesas dos estabelecimentos agrícolas por pessoal ocupado (variável 3), revelando um aspecto relacionado à maior utilização de recursos na atividade agrícola. Quanto à variável 8 (valor da produção industrial/pessoal ocupado na indústria), observa-se que ela reforça a posição do setor secundário em 1950, ainda que de forma menos significativa que as demais, perdendo esta característica em relação a 1970.

TABELA 7

Estrutura dos fatores (loadings)

VARIÁVEIS	1950				1970		
	Fatores				Fatores		
	I	II	III	IV	I	II	III
1				0,95			— 0,45
2			0,66				0,87
3	0,80				0,71		
4		— 0,91				0,76	
5			0,73				0,62
6	— 0,50				— 0,64		
7		— 0,88				0,96	
8	0,42		— 0,50			0,45	
9	0,72				0,74	0,48	
10	0,89				0,94		
11	0,78				0,92		
% de explicação	27,44	16,24	12,24	9,50	31,69	18,68	14,26
% acumulada	27,44	43,68	55,92	65,42	31,69	50,37	64,63

Ainda neste primeiro fator aparece a variável 6 caracterizando a intensidade da mão-de-obra do setor agrícola que, conforme se poderia esperar, varia inversamente em relação àquelas variáveis peculiares ao setor urbano. A presença da variável 3 (despesas dos estabelecimentos agrícolas) no primeiro fator, variando no mesmo sentido que aquelas caracterizadoras dos salários pagos nos setores urbanos, prende-se ao fato de que, ao se tomar o município como um todo (ou agregado deles), como unidade de observação, evidenciou-se não só as atividades urbanas como também a maior utilização de recursos em favor da exploração da terra destes municípios. O fato de a variável 6 (intensidade de mão-de-obra na agricultura) relacionar-se inversamente com aquela referente às despesas dos estabelecimentos agrícolas, ou seja, envolvendo o mesmo setor de atividade, parece definir uma situação de contraste, isto é, o emprego do trabalho intensivo versus emprego de capital (despesas). Na realidade, esta tendência é observada na própria matriz de dados originais, onde os municípios de maior nível salarial nos setores urbanos são os que se destacam pelas maiores despesas nos estabelecimentos agrícolas. De certa forma, isto é compreensível na

medida que estes estabelecimentos agrícolas, por se localizarem numa faixa mais ou menos imediata aos núcleos urbanos, têm maior facilidade de acesso às inovações transmitidas por estes núcleos que agregam, entre outras coisas, recursos técnicos inerentes ao próprio setor agrícola.

Comparando-se os *loadings* de 1950 e 1970 das variáveis que formam o primeiro fator, observa-se que as variáveis que envolvem os salários médios dos setores urbanos passam a ter mais importância em 1970, justificando-se, assim, o aumento de explicação deste fator no período considerado (27,44% em 1950 e 31,69% em 1970), o que, em certa medida, reflete o crescimento das atividades urbanas, da mesma forma que a variável 6 (intensidade de mão-de-obra na agricultura) que passou a explicar mais em 1970, isto é, distingue melhor o uso intensivo de mão-de-obra, enquanto que a variável despesas dos estabelecimentos agrícolas (variável 3) diminui de explicação, embora com *loading* ainda significativo em 1970, sendo que o aumento do seu coeficiente de variação caracteriza uma tendência concentradora do fenômeno (ver tabela 6).

Em última análise, a estrutura deste fator, tanto em 1950 como em 1970, através das variáveis intimamente ligadas às funções urbanas, indica basicamente o nível de urbanização e desenvolvimento, ressaltando o papel decisivo da cidade na organização do espaço, portanto na economia espacial, na medida que atua como elemento de integração de espaços diferentes. Neste sentido, Faissol argumenta que: "A importância da cidade está no fato de que ela é o ponto de convergência e divergência (de atividade), pois exerce função essencialmente de distribuidora de bens e serviços, recebendo outros bens, outros serviços e matérias-primas, produtos intermediários ou mesmo acabados, para consumo ou redistribuição".

Na verdade, este fator caracteriza uma dimensão onde a intensidade de funções das cidades, a organização de um espaço adjacente em função destas atividades e as relações mantidas entre as cidades constituem-se, de uma forma interdependente, nos componentes fundamentais do próprio processo de desenvolvimento.

A tabela 8, que apresenta os *scores* das áreas ⁶ (ordenadas segundo o ano de 1970) onde estão localizadas as 50 maiores cidades do Brasil, mostra algumas evidências importantes da evolução das atividades urbanas.

Uma primeira observação refere-se ao aumento da distância entre a área de São Paulo e as áreas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife ⁷, Belo Horizonte e outras que abrangem as demais metrópoles brasileiras em 1970. Esta ascensão de São Paulo é fruto do próprio processo de desenvolvimento nacional, ou seja, a concentração do poder econômico num importante centro urbano-industrial. Tal evidência é comentada por Faissol ⁸, em estudo sobre a estrutura e o crescimento urbano do Brasil na década de 60, ao comparar as posições relativas do Rio de Janeiro e São Paulo: "O sistema urbano brasileiro, tendo somente uma metrópole nacional até os anos 30 (Rio de Janeiro), começou a sofrer mudanças na medida que São Paulo se tornou o núcleo do processo

6 Para melhor identificação das áreas, considerou-se o município mais importante nelas localizados.

7 O elevado *score* de Recife em 1950, a exemplo de Belém e Rio Branco, está mais em função das despesas dos seus estabelecimentos agrícolas por pessoal ocupado na agricultura.

8 Faissol, S. — "Urban Growth and Economic Development in Brazil in the 1960s" em *Urbanization and Counter-Urbanization*, editado por Brian J. L. Berry, 1976, pp. 169-188.

de industrialização do Brasil. Tudo indica que São Paulo será, nos anos 80, a maior metrópole brasileira”.

Esta evolução de São Paulo em relação as demais metrópoles e a distância existente entre Rio de Janeiro e mesmo Porto Alegre em relação as metrópoles nordestinas (Recife, Salvador e Fortaleza) reflete um estágio do processo de desenvolvimento econômico onde os acréscimos de economias de escala estão aumentando não só o nível de concentração da população como também o nível de renda. Da mesma forma, isto também se aplica a Belo Horizonte, cuja ascendência (passou da 14.^a para a 7.^a posição) está relacionada com o fato acima.

O que parece ficar claro através da posição das áreas neste fator é a já clássica distinção do Brasil em termos de “dois Brasis”, um núcleo básico desenvolvido, abrangendo o Centro-Sul do País, e uma periferia subdesenvolvida, reunindo as regiões Norte e Nordeste, ajustando-se aos conceitos do modelo centro-periferia.

Tal fato fica evidente na medida em que se observa um maior crescimento das áreas localizadas no Centro-Sul, não só daquelas onde se localizam as metrópoles mas também de áreas onde estão localizadas cidades de nível intermediário, conforme indicam os *scores* de Santos, Campinas, Jundiaí, Bauru e Ribeirão Preto (todas no Estado de São Paulo), superando, inclusive, Salvador e Fortaleza, caracterizando uma hierarquia mais equilibrada para o subsistema urbano de São Paulo, com alto nível de desenvolvimento, nitidamente dissociado do tamanho das cidades. Por outro lado, a defasagem existente no subsistema nordestino é marcante, com elevado grau de concentração nas grandes cidades, principalmente Recife e Salvador. Isto pode ser notado observando-se os *scores* das áreas do Nordeste onde estão localizadas cidades de nível intermediário, todos negativos, como são os casos de Itabuna, Campina Grande, Feira de Santana, etc., mostrando acentuado desequilíbrio intra-regional, ao mesmo tempo em que transparece uma maior associação entre primazia e nível de desenvolvimento, na medida em que as cidades nordestinas de maior tamanho, isto é, as 3 metrópoles e as capitais estaduais não metrópoles (Natal, Maceió, São Luís, Aracaju, João Pessoa e Teresina), são as de maior nível de desenvolvimento no contexto regional.

Em resumo, as evidências aqui observadas refletem o processo de desenvolvimento brasileiro, com o sensível domínio de São Paulo e sua região urbana na economia nacional.

Quanto ao 2.^o fator, que também aumentou seu poder de explicação durante o período, passando de 16,24% em 1950 para 18,68% em 1970, exprime essencialmente a importância do setor secundário (ver tabela 7).

A estrutura deste fator, tanto em 1950 como em 1970, expressa uma situação de relativa especialização na indústria, através da relação entre o pessoal ocupado neste setor e o pessoal ocupado no terciário (variável 4) e da relação entre o valor da produção industrial e o valor da receita do terciário (variável 7), sendo que no ano de 1970, com a presença das variáveis 8 e 9, respectivamente valor da produção industrial *per capita* e salários pagos na indústria, reflete uma nova componente do processo industrial: a modernização do setor.

Essa tendência de modernização insere-se no contexto das transformações estruturais ocorridas no setor secundário durante o período, onde uma das características básicas foi a substituição do fator de produção mão-de-obra pelo uso mais intensivo de capital. De certa forma, tal fato pode ser observado na estrutura deste fator em 1970, conforme indica o comportamento da variável 4, na medida que a rela-

TABELA 8
Matriz de factor scores — 1950/70

ÁREAS	FATOR I		FATOR II	
	1950	1970	1950	1970
São Paulo	11,61	13,21	—1,73	3,98
Rio de Janeiro	11,54	11,55	—0,65	2,21
Santos	5,58	10,46	0,27	1,65
Porto Alegre	11,25	10,38	0,34	1,39
Recife	12,95	8,78	—1,46	0,98
Campinas	5,31	8,69	—1,17	3,65
Belo Horizonte	4,52	7,93	0,15	0,85
Jundiaí	3,81	7,46	—6,32	8,82
Curitiba	5,35	7,44	—0,32	0,97
Bauru	7,03	6,71	—0,19	0,56
Ribeirão Preto	4,71	6,56	—0,66	0,86
Barra Mansa	8,37	6,55	—5,18	6,24
Salvador	3,58	6,05	0,37	0,68
Uberlândia	4,00	5,55	—0,41	0,99
Joinville	4,51	5,20	—1,69	6,16
Piracicaba	3,16	5,18	—1,21	3,84
Vitória	3,54	5,09	0,71	—0,14
Taubaté	4,45	4,75	—2,74	3,47
Juiz de Fora	3,97	4,56	—1,31	1,42
Caxias do Sul	1,43	4,47	—2,65	3,97
Sorocaba	4,34	4,34	—5,77	4,46
Ponta Grossa	3,02	3,97	—0,33	0,77
Belém	8,06	3,96	0,17	—0,55
São José do Rio Preto	3,63	3,95	0,13	0,30
Fortaleza	2,32	3,84	0,47	0,28
Goiânia	1,52	3,47	0,62	0,14
Pelotas	4,93	3,38	—0,46	1,16
Londrina	1,02	3,25	0,64	0,67
Natal	1,16	3,24	0,77	—0,06
Manaus	2,73	2,95	0,51	0,37
Florianópolis	2,61	2,75	0,68	—0,88
Uberaba	2,53	2,36	—0,16	0,04
Campo Grande	1,41	2,28	0,79	—0,07
Santa Maria	3,47	2,23	0,43	—0,40
Campos	2,23	2,12	—1,05	1,05
Governador Valadares	1,15	1,89	—0,25	0,07
Maceló	0,78	1,86	—0,60	0,19
São Luís	1,33	1,06	0,28	—0,20
Aracaju	1,27	0,91	0,04	—0,58
Rio Branco	8,08	0,36	0,48	—0,82
João Pessoa	1,80	0,15	0,37	—0,62
Itabuna	— 0,00	— 0,05	0,92	—1,59
Feira de Santana	— 0,13	— 0,13	0,53	—0,88
Campina Grande	— 0,38	— 0,20	0,99	—0,20
Cuiabá	— 0,40	— 0,62	1,11	—1,70
Teresina	0,53	— 0,70	0,53	—1,45
Jequié	— 1,40	— 0,92	1,23	—1,37
Mcgoró	— 0,68	— 1,17	0,09	—0,85
Caruaru	— 1,07	— 1,28	—0,56	—1,27
Juazeiro do Norte	— 1,80	— 1,53	0,18	—0,67

ção entre o pessoal ocupado na indústria e o pessoal ocupado no terciário diminui de 0,98% em 1950 para 0,70% em 1970 (ver tabela 6). Ao mesmo tempo, esta variável diminui o seu poder de explicação em 1970, o que caracteriza uma tendência de maior dispersão da atividade industrial, refletida também através da queda do coeficiente de variação.

Por outro lado, o uso mais intensivo de capital está relacionado ao elevado valor da produção industrial *per capita* e aos altos salários pagos na indústria (variáveis 8 e 9), sendo que o aumento verificado no coeficiente de variação da variável 9 deixa transparecer a natureza concentradora do processo de modernização.

Estas evidências podem ser observadas através do posicionamento das áreas consideradas na tabela 8, onde a característica dispersora da atividade industrial pode ser sentida ao se constatar que, em 1950, 23 das 50 áreas estão associadas a *scores* negativos (a estrutura deste fator é negativa em 1950), definindo-se por uma especialização relativa na indústria, enquanto que em 1970 (estrutura positiva) este número aumenta para 31. Da mesma forma, nota-se a tendência concentradora do processo de modernização, na medida que um número relativamente pequeno de áreas estão associadas a *scores* mais elevados e que estão localizadas predominantemente no Centro-Sul do País, onde a intensificação industrial teve como núcleo a cidade de São Paulo, expandindo-se por sua região urbana imediata, formando praticamente um anel industrial já delineado em 1950 e consolidando-se com o processo de modernização, conforme indicam as posições de Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba, Campinas e Taubaté, em 1970.

Ao mesmo tempo, nota-se o aparecimento de um *core* secundário na região Sul, tendo como núcleo a área de Porto Alegre, expandindo-se também por sua região urbana imediata, na qual destaca-se Caxias do Sul que, no presente estudo, abrangeu alguns dos municípios mais importantes da área metropolitana de Porto Alegre, como foram os casos de Canoas, Novo Hamburgo e Esteio, a fim de que se pudesse manter a mesma área territorial, nos dois anos, para fins comparativos.

Em relação ao Nordeste, observa-se que a atividade industrial está praticamente concentrada nas 3 metrópoles — Recife, Salvador e Fortaleza — que ocupam as melhores posições na região, com as duas últimas denotando uma mudança no sentido de que estão intensificando a função industrial, uma vez que melhoraram as respectivas posições relativas, em 1970, enquanto que Recife, apesar de possuir um *score* mais elevado que Salvador e Fortaleza, em 1970, passou da 8.^a para a 17.^a posição, fato este relacionado à concentração do crescimento industrial em sua periferia metropolitana, conforme indica o *score* de Goiana (6, 18), localizada na região imediata de Recife.

Comparando-se os *scores* das áreas nos dois primeiros fatores, torna-se evidente a relação entre o nível de urbanização e o processo de industrialização, na medida que as áreas de maior nível de urbanização são aquelas que, de uma maneira geral, apresentam maior intensificação industrial, fato este nitidamente observado em 1970. Na realidade, estes dois fatores caracterizam a região *core* e a periferia no Brasil, esta com elevado grau de concentração nas grandes cidades e aquela difundindo desenvolvimento nos diferentes níveis hierárquicos. Isto é refletido na medida em que áreas localizadas no núcleo, que reúnem cidades de nível intermediário (Campinas, Santos, Jundiaí, Piracicaba), melhoraram sensivelmente suas posições relativas nos dois fatores, enquanto que áreas da periferia tiveram pouca ou nenhuma melhoria, com algumas delas perdendo as respectivas posições (Moçoró e Caruaru), inclusive algumas capitais como São Luís, Aracaju e Teresina.

O terceiro fator, a exemplo dos dois primeiros, também aumentou o seu percentual de explicação, passando de 12,24% para 14,26% durante o período.

Observando-se a tabela 7 percebe-se que tal aumento é derivado da maior participação de variáveis ligadas ao setor primário, principalmente daquela que indica a densidade de pessoal ocupado na agricultura (variável 2), aparecendo ainda, embora com menor poder de explicação, a variável que mede a relação entre a área de pastagens e a área de lavouras (variável 1), refletindo uma mudança no processo que envolve o uso da terra agrícola.

A estrutura deste fator, em 1950, caracteriza-se por relacionar inversamente o predomínio da atividade comercial em relação ao terciário e à densidade de pessoal ocupado na agricultura com o valor da produção industrial *per capita* (variável 8), o que no caso significa que quanto mais elevada a proporção de pessoal ocupado no comércio e maior a densidade de pessoal ocupado na agricultura menor é o valor da produção industrial *per capita*.

Este fator exprime, em relação a 1950, situações quase que gerais em termos de Brasil. De um lado, a alta relação existente entre a atividade comercial e o setor agrícola, principalmente no caso das lavouras, o que é muito consistente, considerando-se a natureza complementar da função comercialização de produtos e, de outro, a deficiência da atividade industrial nas áreas rurais, praticamente resumida ao beneficiamento de produtos agrícolas.

Considerando a estrutura de 1970, evidencia-se a tendência de melhor dicotomizar a atividade primária naquelas que são os seus principais tipos de atividade, isto é, lavoura e pecuária, expressas pelas variáveis 1 e 2, justificando-se tal fato pela natureza inversa de suas relações, uma vez que a maior densidade de pessoal ocupado no setor primário está muito mais relacionado à lavoura do que à pecuária, apesar de determinadas áreas de lavouras possuírem baixa densidade de pessoal ocupado. A exemplo de 1950, observa-se a permanência da relação entre a atividade comercial e a exploração da terra através das lavouras (maior densidade de pessoal ocupado), com a variável que indica o predomínio do comércio (considerando o pessoal ocupado) diminuindo o seu percentual de explicação e cujo decréscimo do coeficiente de variação (ver tabela 6) caracteriza uma tendência dispersora deste fenômeno, o que já se fazia notar em 1950, uma vez que o coeficiente de variação também era baixo naquele ano. Na verdade, pelo que se pode observar através dos dados originais, a atividade comercial predominava em relação ao terciário para um certo número de áreas reconhecidamente de predomínio da pecuária.

O fato é que determinadas áreas de pecuária, com expressão na atividade comercial, apresentam *scores* positivos em 1950 em função do maior peso da variável que indica o domínio da atividade comercial, sendo tais áreas identificadas na tabela 9 pela diminuição dos *scores* em 1970,⁹ algumas delas associadas a valores negativos, como são os casos de Almeirim, Porto Nacional, Conceição do Araguaia, Barreiras e Pedro Afonso, que são áreas onde predomina a pecuária, sendo que algumas outras áreas, também de expressão neste tipo de atividade, tiveram um relativo aumento na área de lavouras, que são os casos de Parnaguá, Santana do Acaraú e Araguaína.

9 Considerou-se as 20 áreas com os mais altos *scores* positivos (20 primeiras da tabela) e as 20 áreas de mais elevados *scores* negativos (20 últimas) com o objetivo de constatar, no primeiro caso, possíveis alterações nas áreas presumidamente de domínio das lavouras, o mesmo acontecendo, no segundo caso, em relação à pecuária.

TABELA 9

Matriz de factor scores — 1950/70

ÁREAS	FATOR III	
	1950	1970
Benjamim Constant (AM)	14,11	2,25
Uaupês (AM)	4,18	7,68
Parnaguá (PI)	3,35	0,77
Araguaína (GO)	3,30	0,86
Acará (PA)	2,90	1,89
Coari (AM)	2,84	4,51
Cândido Mendes (MA)	2,60	6,07
Eirunepê (AM)	2,54	5,14
Boca do Acre (AM)	2,44	3,67
Barreiras (BA)	2,43	— 0,36
Viseu (PA)	2,27	0,66
Santana do Acaraú (CE)	2,24	1,30
Conceição do Araguaia (PA)	2,10	— 0,65
Breves (PA)	2,07	10,00
Porto Nacional (GO)	2,05	— 1,84
Pedro Afonso (GO)	2,04	— 0,80
Almeirim (PA)	1,99	— 2,70
São Luís (MA)	1,97	5,57
Cruzeiro do Sul (AC)	1,95	3,77
Cerro Azul (PR)	1,85	1,62
Catalão (GO)	— 5,07	— 1,65
Barra Mansa (RO)	— 3,87	— 1,94
Manhuaçu (MG)	— 3,64	— 1,69
Birigui (SP)	— 3,52	— 0,44
S. José do Campestre (PB)	— 3,13	— 0,12
João Monlevade	— 3,07	— 0,91
Marília (SP)	— 2,83	— 0,45
Barretos (SP)	— 2,72	— 1,55
Votuporanga (SP)	— 2,66	— 0,49
Muriá (MG)	— 2,44	— 1,24
Presidente Prudente (SP)	— 2,43	— 0,65
Jaguariaíva (PR)	— 2,15	0,87
Araxá (MG)	— 2,07	— 2,48
Passos (MG)	— 1,97	— 0,86
Amapá (AP)	— 1,82	— 0,51
Santa Cruz do Sul (RS)	— 1,78	0,58
Uberlândia (MG)	— 1,68	— 1,17
Pogos de Caldas (MG)	— 1,67	— 1,82
Primeira Cruz (MA)	— 1,61	4,19
Uberaba (MG)	— 1,35	— 1,23

Por outro lado, pode-se observar as áreas que tiveram acentuado aumento na densidade de pessoal ocupado na agricultura, como consequência lógica da expansão das lavouras e onde predomina a atividade comercial; correspondem a áreas localizadas na Amazônia, de grande extensão territorial, onde a atividade agrícola é geralmente efetuada em pequenos núcleos de alta concentração de pessoas ligadas à exploração das lavouras, daí os elevados *scores* de Breves, Uaupês, Eirunepê e Coari.

Quanto às 20 últimas áreas contidas na tabela 9, todas associadas a *scores* negativos em 1950, o fato é que uma boa parte delas, de predomínio na pecuária, possuem altos valores no valor da produção industrial *per capita*, o que está caracterizado na estrutura fatorial de 1950 (variável 8), e que no decorrer do período aumentaram a proporção da área de lavouras, conforme indica o decréscimo dos respectivos *scores* — são os casos de Jaguariáiva, Passos, Uberlândia e Uberaba, todas também com significativo aumento na proporção de pessoal ocupado no comércio.

Salienta-se os casos de Araxá e Poços de Caldas, ambas com *scores* negativos mais altos em 1970, caracterizando um possível incremento na pecuária; na realidade, estas duas áreas aumentaram as áreas de lavoura, apesar de a pecuária ainda ser a atividade predominante, porém as respectivas densidades de pessoal ocupado na agricultura permaneceram baixas, e uma vez que a variável que mede a densidade de pessoal ocupado é a de maior peso em 1970, entende-se o posicionamento de ambas neste último ano.

O fato importante a ser assinalado é a sensível transformação que vem se processando na utilização do solo agrícola, através da expansão das áreas de lavouras, o que, de alguma forma, está caracterizada neste fator, constituindo uma resposta do setor agrícola ao fenômeno da urbanização, na medida em que aumenta cada vez mais a demanda urbana por produtos agrícolas, acrescentando-se ainda que esta ampliação da área de lavouras também está em função da importância de determinados produtos no mercado externo, atuando como fonte de divisas, dos quais a soja é o exemplo mais recente que, desde a sua introdução no quadro agrícola (início da década de 1960), aumentou sucessivamente a área cultivada.

De outro lado, observa-se a natureza global do processo de transformação, uma vez que abrange áreas onde a pecuária é a atividade predominante, mas que estão gradativamente expandindo a área de lavouras, além da ampliação da área cultivada em áreas já caracterizadas pela maior importância deste tipo de exploração agrícola.

SUMMARY

The objective of this paper is to present, though generally, the changes that occurred in the distribution pattern of economic activities in Brazil, from 1950 to 1970.

The first part focuses on the Brazilian five great regions (North, Northeast, Southeast, South and Center-West) by means of tables which present indicators of the three sectors of economy. These tables reveal a series of decisions adopted throughout the economic development process, whose most evident example is the substitution of the industrialization process for the imports.

The primary sector is analyzed by means of the participation percentage of some of the main agricultural products in relation to the total production value. Significant changes occur at regional level, considerably affecting the national scale.

The secondary sector is examined through the industrial transformation value of five types of industry. Two of them represent the industries considered as traditional (food and textile) and the other three constitute a greater dynamic process (metal, machinery and transportation equipment). It is emphasized here that these three last types gradually increase the participation percentages, mainly in the Southeast Region, where one may observe a growing industrial concentration.

The analysis of the tertiary sector is based on the revenue value of some classes of retail trade and also of those which include the "services rendered" category. In the Southeast Region, there is a high concentration of the revenue of these services, a fact that seems to relate the concentration of the economic activity to the nature of the industrialization process.

The second part consists of a microregional study where 11 variables and 324 observation units have been submitted to a Factor Analysis. The results of this analysis show the existing relation between urbanization, development and industrialization, and also the already classic contrast "dois Brasis" — a developed nucleus (Center-South) and an underdeveloped periphery (North and Northeast) — which fits into the Center-Periphery model. Finally, these results reveal the gradual transformation of the primary sector, due to expansion of the farming areas. This transformation is not only a response of the agricultural sector to the urbanization phenomenon, but also a consequence of the importance reached in the foreign market by certain products that act as a source of exchange reserves.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de présenter, bien que d'une manière générale, les changements du modèle de distribution des activités économiques au Brésil, pendant la période de 1950-1970.

La première partie étudie les cinq grandes régions brésiliennes (Nord, Nord-Est, Sud-Est, Sud et Centre-Ouest) au moyen de tables qui présentent des indicateurs correspondants aux trois secteurs de l'économie et qui reflètent un ensemble de décisions adoptées au cours du procès de développement économique, dont l'exemple plus évident est le remplacement des importations par le procès d'industrialisation.

Le secteur primaire est analysé à travers le pourcentage de participation de quelques uns de plus importants produits agricoles, par rapport à la valeur totale de la production. Au niveau régional, on constate des changements significatifs qui influencent considérablement le cadre national.

Le secteur secondaire est considéré selon la valeur de la transformation industrielle de cinq genres d'industrie. Les deux premiers représentent les industries traditionnelles (alimentaire et textile) et les autres trois caractérisent un procès dynamique plus grand (métallurgique, mécanique, et de matériel de transport), en augmentant graduellement les pourcentages de participation, surtout dans la Région Sud-Est, où l'on perçoit une croissante concentration industrielle.

La secteur tertiaire est étudié en fonction de la valeur de la recette de quelques classes du commerce au détail et aussi des classes qui comprennent la catégorie "services rendus". Dans la Région Sud-Est, il y a une haute concentration de la recette de ces services à l'exemple du secteur secondaire, ce qui semble établir une relation entre la concentration de l'activité économique et la nature du procès d'industrialisation.

La seconde partie du travail développe une étude au niveau microrégional, où 11 variables et 324 unités d'observation ont été soumises à une Analyse Factorielle. Les résultats de cette analyse démontrent la relation existante entre l'urbanisation, le développement et l'industrialisation, et aussi la déjà classique distinction "dois Brasis", c'est à dire, un nucleus développé (Centre-Sud) et une périphérie sous-développée (Nord et Nord-Est), en s'adaptant au modèle Centre-Périphérie. A la fin, ces résultats mettent en évidence le procès de transformation du secteur primaire à travers l'expansion des aires de labour, non seulement comme une réponse du secteur agricole au phénomène de l'urbanisation, mais aussi comme une conséquence de l'importance atteinte par certains produits dans le marché extérieur, en constituant une source de devises.